

## ÍNDICE-SUMÁRIO

### PARTE GERAL

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA	9
PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS	9
PARTE I Direitos e deveres fundamentais	11
TÍTULO I Princípios gerais	11
TÍTULO II Direitos, liberdades e garantias	12
CAPÍTULO I Direitos, liberdades e garantias pessoais	12
TÍTULO III Direitos e deveres económicos, sociais e culturais	13
CAPÍTULO II Direitos e deveres sociais	13
PARTE II Organização económica	14
TÍTULO I Princípios gerais	14
TÍTULO IV Sistema financeiro e fiscal	15
PARTE III Organização do poder político	17
TÍTULO I Princípios gerais	17
TÍTULO III Assembleia da República	19
CAPÍTULO II Competência	19
TÍTULO IV Governo	23
CAPÍTULO III Competência	23
TÍTULO V Tribunais	24
CAPÍTULO II Organização dos tribunais	24
TÍTULO VII Regiões autónomas	24
TÍTULO VIII Poder local	27
CAPÍTULO I Princípios gerais	27
CAPÍTULO III Município	27
TÍTULO IX Administração Pública	27
LEI GERAL TRIBUTÁRIA	
DECRETO-LEI Nº 398/98, DE 17 DE DEZEMBRO	29
TÍTULO I Da ordem tributária	33
CAPÍTULO I Princípios gerais	33
CAPÍTULO II Normas tributárias	35

TÍTULO II Da relação jurídica tributária	37
CAPÍTULO I Sujeitos da relação jurídica tributária	37
CAPÍTULO II Objecto da relação jurídica tributária	42
CAPÍTULO III Constituição e alteração da relação jurídica tributária	44
CAPÍTULO IV Extinção da relação jurídica tributária	45
SECÇÃO I Pagamento da prestação tributária	45
SECÇÃO II Caducidade do direito de liquidação	47
SECÇÃO III Prescrição da prestação tributária	49
CAPÍTULO V Garantia da prestação tributária	50
TÍTULO III Do procedimento tributário	51
CAPÍTULO I Regras gerais	51
CAPÍTULO II Sujeitos	56
SECÇÃO I Administração tributária	56
SECÇÃO II Contribuintes e outros interessados	65
CAPÍTULO III Do procedimento	69
SECÇÃO I Início do procedimento	69
SECÇÃO II Instrução	69
CAPÍTULO IV Decisão	71
CAPÍTULO V Procedimentos de avaliação	73
SECÇÃO I Princípios gerais	73
SECÇÃO II Avaliação indirecta	74
SUBSECÇÃO I Pressupostos	74
SUBSECÇÃO II Critérios	77
SUBSECÇÃO III Procedimentos	78
TÍTULO IV Do processo tributário	81
CAPÍTULO I Acesso à justiça tributária	81
CAPÍTULO II Formas de processo e processo de execução	82

## CÓDIGO DE PROCEDIMENTO E DE PROCESSO TRIBUTÁRIO

DECRETO-LEI Nº 433/99, DE 26 DE OUTUBRO	85
TÍTULO I Disposições gerais	91
CAPÍTULO I Âmbito e direito subsidiário	91
CAPÍTULO II Dos sujeitos procedimentais e processuais	92
SECÇÃO I Da personalidade e da capacidade tributárias	92
SECÇÃO II Da legitimidade	93
SECÇÃO III Da competência	93
SECÇÃO IV Dos atos procedimentais e processuais	97
SUBSECÇÃO I Dos prazos	97
SUBSECÇÃO II Do expediente interno	98
SUBSECÇÃO III Das notificações e citações	101
TÍTULO II Do procedimento tributário	107
CAPÍTULO I Disposições gerais	107
CAPÍTULO II Procedimentos prévios de informação e avaliação	109

CAPÍTULO III Do procedimento de liquidação	110
SECÇÃO I Da instauração	110
SECÇÃO II Da decisão	111
SECÇÃO III Dos juros indemnizatórios	111
SECÇÃO IV Procedimentos próprios	112
CAPÍTULO IV Do reconhecimento dos benefícios fiscais	114
CAPÍTULO V Dos recursos hierárquicos	114
CAPÍTULO VI Do procedimento de reclamação graciosa	115
CAPÍTULO VII Da cobrança	118
SECÇÃO I Disposições gerais	118
SECÇÃO II Das garantias da cobrança	119
SECÇÃO III Do pagamento voluntário	120
SECÇÃO IV Das formas e meios de pagamento	125
CAPÍTULO VIII Do procedimento de correção de erros da administração tributária	126
TÍTULO III Do processo judicial tributário	127
CAPÍTULO I Disposições gerais	127
SECÇÃO I Da natureza e forma de processo judicial tributário	127
SECÇÃO II Das nulidades do processo judicial tributário	129
CAPÍTULO II Do processo de impugnação	130
SECÇÃO I Disposições gerais	130
SECÇÃO II Da petição	130
SECÇÃO III Da contestação	133
SECÇÃO IV Do conhecimento inicial do pedido	134
SECÇÃO V Da instrução	135
SECÇÃO VI Da sentença	137
SECÇÃO VII Dos incidentes	138
SECÇÃO VIII Da impugnação dos atos de autoliquidação, substituição tributária, pagamentos por conta e dos atos de liquidação com fundamento em classificação pautal, origem ou valor aduaneiro das mercadorias	139
CAPÍTULO III Dos processos de ação cautelar	141
SECÇÃO I Disposições gerais	141
SECÇÃO II Do arresto	141
SECÇÃO III Do arrolamento	142
SECÇÃO IV Da apreensão	142
SECÇÃO V Da impugnação das providências cautelares adotadas pela administração tributária	143
CAPÍTULO IV Ação para o reconhecimento de um direito ou interesse legítimo em matéria tributária	143
CAPÍTULO V Dos meios processuais acessórios	144
CAPÍTULO VI Da intimação para um comportamento	145
TÍTULO IV Da execução fiscal	146
CAPÍTULO I Disposições gerais	146
SECÇÃO I Do âmbito	146

SECÇÃO II Da competência	146
SECÇÃO III Da legitimidade	147
SUBSECÇÃO I Da legitimidade dos exequentes	147
SUBSECÇÃO II Da legitimidade dos executados	147
SECÇÃO IV Dos títulos executivos	149
SECÇÃO V Das nulidades processuais	150
SECÇÃO VI Dos incidentes e impugnações	150
SECÇÃO VII Da suspensão, interrupção e extinção do processo	151
CAPÍTULO II Do processo	155
SECÇÃO I Disposições gerais	155
SECÇÃO II Da instauração e citação	159
SECÇÃO III Garantias especiais	162
SECÇÃO IV Do pagamento em prestações	163
SECÇÃO V Da dação em pagamento	168
SECÇÃO VI Da oposição	170
SECÇÃO VII Da apreensão de bens	172
SUBSECÇÃO I Do arresto	172
SUBSECÇÃO II Da penhora	173
SUBSECÇÃO III Dos embargos de terceiro	182
SECÇÃO VIII Da convocação dos credores e da verificação dos créditos	182
SECÇÃO IX Da venda dos bens penhorados	185
SECÇÃO X Da extinção da execução	190
SUBSECÇÃO I Da extinção por pagamento coercivo	190
SUBSECÇÃO II Da extinção por pagamento voluntário	191
SUBSECÇÃO III Da declaração em falhas	193
SECÇÃO XI Das reclamações e recursos das decisões do órgão da execução fiscal	194
TÍTULO V Dos recursos dos atos jurisdicionais	195
 REGIMES DE TRIBUTAÇÃO PRIVILEGIADA	
PORTARIA Nº 150/2004, DE 13 DE FEVEREIRO	201
 REGIME COMPLEMENTAR DO PROCEDIMENTO DE INSPECÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA	
DECRETO-LEI Nº 413/98, DE 31 DE DEZEMBRO	205
PARTE I Procedimento de inspecção tributária	207
TÍTULO I Princípios e disposições gerais	207
CAPÍTULO I Objecto e âmbito	207
CAPÍTULO II Princípios do procedimento de inspecção tributária	209
CAPÍTULO III Classificações do procedimento de inspecção tributária	210
TÍTULO II Competência e garantias de imparcialidade	211
CAPÍTULO I Competência	211
CAPÍTULO II Garantias de imparcialidade	213
TÍTULO III Planeamento e selecção	214

CAPÍTULO I Planeamento	214
CAPÍTULO II Selecção	215
TÍTULO IV Actos de inspecção	215
CAPÍTULO I Garantias do exercício da função inspectiva	215
CAPÍTULO II Local, horário dos actos de inspecção e prazo do procedimento	219
CAPÍTULO III Notificações e informações	221
PARTE II Marcha do procedimento de inspecção	223
TÍTULO I Início do procedimento de inspecção	223
CAPÍTULO I Preparação, programação e planeamento	223
CAPÍTULO II Cooperação e notificação para início do procedimento	225
TÍTULO II Actos do procedimento de inspecção	226
TÍTULO III Conclusão e efeitos do procedimento de inspecção	229
CAPÍTULO I Conclusão do procedimento de inspecção	229
CAPÍTULO II Efeitos do procedimento de inspecção	231
 SISTEMA DE INSPECÇÃO TRIBUTÁRIA POR INICIATIVA DO SUJEITO PASSIVO OU DE TERCEIRO	
DECRETO-LEI Nº 6/99, DE 8 DE JANEIRO	233
 REGIME GERAL DAS INFRAÇÕES TRIBUTÁRIAS	
LEI Nº 15/2001, DE 5 DE JUNHO	237
PARTE I Princípios gerais	241
CAPÍTULO I Disposições comuns	241
CAPÍTULO II Disposições aplicáveis aos crimes tributários	244
CAPÍTULO III Disposições aplicáveis às contra-ordenações	249
PARTE II Do processo	253
CAPÍTULO I Processo penal tributário	253
CAPÍTULO II Processo de contra-ordenação tributária	258
SECÇÃO I Disposições gerais	258
SECÇÃO II Processo de aplicação das coimas	262
SUBSECÇÃO I Da fase administrativa	262
SUBSECÇÃO II Da fase judicial	266
PARTE III Das infracções tributárias em especial	268
TÍTULO I Crimes tributários	268
CAPÍTULO I Crimes tributários comuns	268
CAPÍTULO II Crimes aduaneiros	269
CAPÍTULO III Crimes fiscais	274
CAPÍTULO IV Crimes contra a segurança social	276
TÍTULO II Contra-ordenações tributárias	276
CAPÍTULO I Contra-ordenações aduaneiras	276
CAPÍTULO II Contra-ordenações fiscais	281

## DOS IMPOSTOS EM ESPECIAL

### CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES

DECRETO-LEI Nº 442-A/88, DE 30 DE NOVEMBRO	293
DECRETO-LEI Nº 198/2001, DE 3 DE JULHO	299
LEI Nº 82-E/2014, DE 31 DE DEZEMBRO	301

### CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES

CAPÍTULO I Incidência	321
SECÇÃO I Incidência real	321
SECÇÃO II Incidência pessoal	343
CAPÍTULO II Determinação do rendimento coletável	352
SECÇÃO I Regras gerais	352
SECÇÃO II Rendimentos do trabalho	356
SECÇÃO III Rendimentos empresariais e profissionais	357
SECÇÃO IV Rendimentos de capitais	365
SECÇÃO V Rendimentos prediais	367
SECÇÃO VI Incrementos patrimoniais	368
SECÇÃO VII Pensões	373
SECÇÃO VIII Dedução de perdas	374
SECÇÃO IX Abatimentos	375
SECÇÃO X Processo de determinação do rendimento coletável	375
CAPÍTULO III Taxas	381
CAPÍTULO IV Liquidação	391
CAPÍTULO V Pagamento	409
CAPÍTULO VI Obrigações acessórias	424
CAPÍTULO VII Fiscalização	434
CAPÍTULO VIII Garantias	435
CAPÍTULO IX Disposições diversas	436

### TABELA DE ATIVIDADES EXERCIDAS PELOS SUJEITOS PASSIVOS DO IRS

PORTARIA Nº 1011/2001, DE 21 DE AGOSTO	439
--	-----

### TABELA DE ATIVIDADES DE ELEVADO VALOR ACRESCENTADO, COM CARÁTER CIENTÍFICO, ARTÍSTICO OU TÉCNICO EXERCIDAS POR RESIDENTES NÃO HABITUAIS

PORTARIA Nº 12/2010, DE 7 DE JANEIRO	443
--------------------------------------	-----

### CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLETIVAS

DECRETO-LEI Nº 442-B/88, DE 30 DE NOVEMBRO	447
DECRETO-LEI Nº 159/2009, DE 13 DE JULHO	455
LEI Nº 2/2014, DE 16 DE JANEIRO	463

## CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLETIVAS

CAPÍTULO I Incidência	476
CAPÍTULO II Isenções	485
CAPÍTULO III Determinação da matéria coletável	491
SECÇÃO I Disposições gerais	491
SECÇÃO II Pessoas coletivas e outras entidades residentes que exerçam, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola	493
SUBSECÇÃO I Regras gerais	493
SUBSECÇÃO II Mensuração e perdas por imparidades em ativos correntes	502
SUBSECÇÃO III Depreciações, amortizações e perdas por imparidades em ativos não correntes	506
SUBSECÇÃO IV Imparidades	511
SUBSECÇÃO IV-A Provisões	511
SUBSECÇÃO V Regime de outros encargos	513
SUBSECÇÃO VI Regime das mais-valias e menos-valias realizadas	519
SUBSECÇÃO VII Instrumentos financeiros derivados	524
SUBSECÇÃO VIII Empresas de seguros	525
SUBSECÇÃO VIII-A Rendimentos de direitos de autor e de direitos de propriedade industrial	526
SUBSECÇÃO IX Dedução de lucros e reservas distribuídos e de mais e menos-valias realizadas com a transmissão onerosa de partes sociais	528
SUBSECÇÃO X Dedução de prejuízos	532
SECÇÃO III Pessoas coletivas e outras entidades residentes que não exerçam, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola	534
SECÇÃO III-A Estabelecimentos estáveis de entidades residentes	535
SECÇÃO IV Entidades não residentes	537
SECÇÃO V Determinação do lucro tributável por métodos indiretos	538
SECÇÃO VI Disposições comuns e diversas	539
SUBSECÇÃO I Correções para efeitos da determinação da matéria coletável	539
SUBSECÇÃO I-A Regras destinadas a neutralizar os efeitos de assimetrias híbridas	548
SUBSECÇÃO II Regime especial de tributação dos grupos de sociedades	553
SUBSECÇÃO III Transformação de sociedades	559
SUBSECÇÃO IV Regime especial aplicável às fusões, cisões, entradas de ativos e permutas de partes sociais	559
SUBSECÇÃO V Liquidação de sociedades e outras entidades	568
SUBSECÇÃO VI Transferência de residência de uma sociedade para o estrangeiro e cessação de atividade de entidades não residentes	570

SUBSECÇÃO VII Realização de capital de sociedades por entrada de património de pessoa singular	573
SECÇÃO VII Regime simplificado de determinação da matéria coletável	574
CAPÍTULO IV Taxas	577
CAPÍTULO V Liquidação	581
CAPÍTULO VI Pagamento	593
SECÇÃO I Entidades que exerçam, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola	593
SECÇÃO II Entidades que não exerçam, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola	596
SECÇÃO III Disposições comuns	597
CAPÍTULO VII Obrigações acessórias e fiscalização	599
SECÇÃO I Obrigações acessórias dos sujeitos passivos	599
SECÇÃO II Outras obrigações acessórias de entidades públicas e privadas	609
SECÇÃO III Fiscalização	611
CAPÍTULO VIII Garantias dos contribuintes	612
CAPÍTULO IX Disposições finais	615
 REGIME DO INCENTIVO FISCAL À RECUPERAÇÃO	
LEI Nº 12/2022, DE 27 DE JUNHO	617
 REGIME DAS DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES PARA EFEITOS DE IRC	
DECRETO REGULAMENTAR Nº 25/2009, DE 14 DE SETEMBRO	621
 ESTATUTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS	
DECRETO-LEI Nº 215/89, DE 1 DE JULHO	643
PARTE I Princípios gerais	651
PARTE II Benefícios fiscais com carácter estrutural	656
CAPÍTULO I Benefícios fiscais de natureza social	656
CAPÍTULO II Benefícios fiscais à poupança	659
CAPÍTULO III Benefícios fiscais ao sistema financeiro e mercado de capitais	661
CAPÍTULO IV Benefícios fiscais às zonas francas	675
CAPÍTULO V Benefícios fiscais relativos a relações internacionais	684
CAPÍTULO VI Benefícios fiscais à capitalização das empresas	687
CAPÍTULO VII Benefícios fiscais relativos a bens imóveis	694
CAPÍTULO VIII Outros benefícios fiscais	703
CAPÍTULO IX Benefícios fiscais à reestruturação empresarial	714
CAPÍTULO X Benefícios fiscais relativos ao mecenato	716
CAPÍTULO XI Benefícios às cooperativas	721
CAPÍTULO XII Benefícios pela exigência de fatura	724
CAPÍTULO XIII Benefício ao reinvestimento de lucros e reservas	724
PARTE III Benefícios fiscais com carácter temporário	724



## CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO

DECRETO-LEI Nº 394-B/84, DE 26 DE DEZEMBRO	731
DECRETO-LEI Nº 102/2008, DE 20 DE JUNHO	735
CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO	
CAPÍTULO I Incidência	739
CAPÍTULO II Isenções	755
SECÇÃO I Isenções nas operações internas	755
SECÇÃO II Isenções na importação	760
SECÇÃO III Isenções na exportação, operações assimiladas a exportações e transportes internacionais	762
SECÇÃO IV Outras isenções	765
CAPÍTULO III Valor tributável	767
SECÇÃO I Valor tributável nas transacções internas	767
SECÇÃO II Valor tributável na importação de bens	770
CAPÍTULO IV Taxas	770
CAPÍTULO V Liquidação e pagamento do imposto	771
SECÇÃO I Deduções	771
SECÇÃO II Pagamento do imposto	780
SECÇÃO III Outras obrigações dos contribuintes	783
SECÇÃO IV Regimes especiais	798
SUBSECÇÃO I Regime de isenção	798
SUBSECÇÃO II Regime forfetário dos produtores agrícolas	805
SUBSECÇÃO III Regime dos pequenos retalhistas	807
SUBSECÇÃO IV Regime de tributação dos combustíveis líquidos aplicável aos revendedores	811
SECÇÃO V Disposições comuns	812
CAPÍTULO VI Fiscalização e determinação oficiosa do imposto	822
CAPÍTULO VII Garantias dos sujeitos passivos	826
CAPÍTULO VIII Disposições finais	827
LISTA I Bens e serviços sujeitos a taxa reduzida	827
LISTA II Bens e serviços sujeitos a taxa intermédia	833
ANEXO A – Lista das actividades de produção agrícola	834
ANEXO B – Lista das prestações de serviços agrícolas	834
ANEXO C – Lista dos bens a que se refere o artigo 15º, nº 4, do CIVA	835
ANEXO D – Lista exemplificativa de prestações de serviços por via electrónica	836
ANEXO E – Lista dos bens e serviços do sector de desperdícios, resíduos e sucatas recicláveis a que se refere a alínea i) do nº 1 do artigo 2º	836
ANEXO F – Lista das actividades de produção agrícola	836
ANEXO G – Lista das prestações de serviços agrícolas	837

## REGIME DO IVA NAS TRANSAÇÕES INTRACOMUNITÁRIAS

DECRETO-LEI Nº 290/92, DE 28 DE DEZEMBRO	839
CAPÍTULO I Incidência	847

CAPÍTULO II Isenções	854
CAPÍTULO III Valor tributável	857
CAPÍTULO IV Taxas	857
CAPÍTULO V Liquidação e pagamento do imposto	857
SECÇÃO I Deduções	857
SECÇÃO II Reembolsos	858
SECÇÃO III Pagamento do imposto	858
CAPÍTULO VI Outras obrigações dos sujeitos passivos	859
CAPÍTULO VII Disposições finais	864
REFORMA DA TRIBUTAÇÃO DO PATRIMÓNIO	
DECRETO-LEI Nº 287/2003, DE 12 DE NOVEMBRO	865
CAPÍTULO I Aprovação	866
CAPÍTULO II Alterações legislativas	866
CAPÍTULO III Regime transitório	866
CAPÍTULO IV Disposições finais	878
CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS	
CAPÍTULO I Incidência	883
CAPÍTULO II Isenções	887
CAPÍTULO III Matrizes prediais	890
CAPÍTULO IV Do objecto e tipos de avaliação na determinação do valor patrimonial tributário	891
CAPÍTULO V Do valor patrimonial tributário dos prédios rústicos	892
SECÇÃO I Do rendimento fundiário	892
SECÇÃO II Avaliação de base cadastral	892
SECÇÃO III Avaliação de base não cadastral	896
SECÇÃO IV Avaliação directa	897
SECÇÃO V Disposições diversas	897
CAPÍTULO VI Do valor patrimonial tributário dos prédios urbanos	898
SECÇÃO I Da iniciativa da avaliação	898
SECÇÃO II Das operações de avaliação	898
CAPÍTULO VII Dos organismos de coordenação e de avaliação	907
SECÇÃO I Da propriedade rústica	907
SUBSECÇÃO I Organismos de coordenação	907
SUBSECÇÃO II Dos peritos avaliadores	910
SECÇÃO II Da propriedade urbana	911
SECÇÃO III Disposições comuns	913
CAPÍTULO VIII Reclamações e impugnações da avaliação	914
SECÇÃO I De prédios rústicos	914
SECÇÃO II De prédios urbanos	916
SECÇÃO III Disposição comum	917
CAPÍTULO IX Organização e conservação das matrizes	918
SECÇÃO I Disposições comuns	918

SECÇÃO II Matrizes cadastrais rústicas	919
SECÇÃO III Matrizes não cadastrais rústicas	920
SECÇÃO IV Matrizes urbanas	920
SECÇÃO V Cadernetas prediais	921
SECÇÃO VI Guarda e conservação do cadastro geométrico	922
SECÇÃO VII Alterações matriciais	924
SECÇÃO VIII Renovação das matrizes	925
CAPÍTULO X Taxas	926
CAPÍTULO XI Liquidação	929
CAPÍTULO XII Pagamento	931
CAPÍTULO XIII Fiscalização	932
CAPÍTULO XIV Garantias	934
CAPÍTULO XV Adicional ao imposto municipal sobre imóveis	936
SECÇÃO I Incidência	936
SECÇÃO II Valor tributável	937
SECÇÃO III Taxa	939
SECÇÃO IV Liquidação e Pagamento	939
SECÇÃO V Disposições relativas a impostos de rendimento	940
SECÇÃO VI Outras disposições	941
CAPÍTULO XVI Disposições diversas	942

## CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS

CAPÍTULO I Incidência	947
CAPÍTULO II Isenções	951
CAPÍTULO III Determinação do valor tributável	956
CAPÍTULO IV Taxas	962
CAPÍTULO V Liquidação	964
CAPÍTULO VI Cobrança	969
CAPÍTULO VII Garantias	970
CAPÍTULO VIII Fiscalização	972
CAPÍTULO IX Disposições diversas	974

## CÓDIGO DO IMPOSTO DO SELO

LEI Nº 150/99, DE 11 DE SETEMBRO	975
CAPÍTULO I Incidência	982
CAPÍTULO II Isenções	989
CAPÍTULO III Valor tributável	993
SECÇÃO I Regras gerais	993
SECÇÃO II Nas transmissões gratuitas	994
CAPÍTULO IV Taxas	999
CAPÍTULO V Liquidação	999
SECÇÃO I Regras gerais	999
SECÇÃO II Nas transmissões gratuitas	1000

SECÇÃO III Regras comuns	1005
CAPÍTULO VI Pagamento	1006
CAPÍTULO VII Garantias	1009
CAPÍTULO VIII Obrigações acessórias e fiscalização	1009
SECÇÃO I Regras gerais	1009
SUBSECÇÃO I Obrigações dos sujeitos passivos	1009
SUBSECÇÃO II Obrigações de entidades públicas e privadas	1011
SECÇÃO II Nas transmissões gratuitas	1012
CAPÍTULO IX Disposições diversas	1014
Tabela Geral do Imposto do Selo	1016
CÓDIGO DOS IMPOSTOS ESPECIAIS DE CONSUMO	
DECRETO-LEI Nº 73/2010, DE 21 DE JUNHO	1021
PARTE I Parte geral	1027
CAPÍTULO I Princípios e regras gerais	1027
CAPÍTULO II Liquidação, pagamento e reembolso do imposto	1035
CAPÍTULO III Produção, transformação e armazenagem em regime de suspensão	1040
CAPÍTULO IV Circulação em regime de suspensão	1046
CAPÍTULO V Perdas e Inutilização	1052
CAPÍTULO VI Garantias	1055
CAPÍTULO VII Circulação e tributação após a introdução no consumo	1058
PARTE II Parte especial	1062
CAPÍTULO I Imposto sobre o álcool, as bebidas alcoólicas e as bebidas adicionadas de açúcar ou outros edulcorantes	1062
SECÇÃO I Álcool e bebidas alcoólicas	1062
SECÇÃO II Bebidas não alcoólicas	1077
CAPÍTULO II Imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos	1079
CAPÍTULO III Imposto sobre o tabaco	1094
CAPÍTULO IV Disposições finais	1106
REFORMA DA TRIBUTAÇÃO AUTOMÓVEL	
LEI Nº 22-A/2007, DE 29 DE JUNHO	1107
CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE VEÍCULOS	
CAPÍTULO I Princípios e regras gerais	1113
CAPÍTULO II Estatuto dos sujeitos passivos	1122
CAPÍTULO III Introdução no consumo	1124
CAPÍTULO IV Liquidação, pagamento e reembolso	1129
CAPÍTULO V Regimes suspensivos	1132
SECÇÃO I Admissão e importação temporária	1132
SUBSECÇÃO I Regras gerais	1132
SUBSECÇÃO II Regras especiais	1134

SECÇÃO II Expedição e exportação	1140
CAPÍTULO VI Regimes de isenção	1141
SECÇÃO I Regras gerais	1141
SECÇÃO II Regras especiais	1144
SUBSECÇÃO I Funções de autoridade, utilidade pública e serviço de táxi	1144
SUBSECÇÃO II Pessoas com deficiência	1148
SUBSECÇÃO II-A Famílias numerosas	1151
SUBSECÇÃO III Transferência de residência	1152
SUBSECÇÃO IV Outras isenções	1155
CAPÍTULO VII Disposições finais	1155
 CÓDIGO DO IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO	
CAPÍTULO I Princípios e regras gerais	1157
CAPÍTULO II Liquidação e pagamento	1169
CAPÍTULO III Obrigações acessórias, fiscalização e regime contra-ordenacional	1171
 LEI Nº 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO	
Artigo 216º Adicional em sede de imposto único de circulação	1175



## SUMÁRIO

### PARTE GERAL

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA	9
--------------------------------------	---

#### LEI GERAL TRIBUTÁRIA

Decreto-Lei nº 398/98, de 17 de dezembro	29
--	----

#### CÓDIGO DE PROCEDIMENTO E DE PROCESSO TRIBUTÁRIO

Decreto-Lei nº 433/99, de 26 de outubro	85
---	----

#### REGIMES DE TRIBUTAÇÃO PRIVILEGIADA

Portaria nº 150/2004, de 13 de fevereiro	201
--	-----

#### REGIME COMPLEMENTAR DO PROCEDIMENTO DE INSPEÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

Decreto-Lei nº 413/98, de 31 de dezembro	205
--	-----

#### SISTEMA DE INSPEÇÃO TRIBUTÁRIA POR INICIATIVA DO SUJEITO PASSIVO OU DE TERCEIRO

Decreto-Lei nº 6/99, de 8 de janeiro	233
--------------------------------------	-----

#### REGIME GERAL DAS INFRAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Lei nº 15/2001, de 5 de junho	237
-------------------------------	-----

### DOS IMPOSTOS EM ESPECIAL

#### CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES

Decreto-Lei nº 442-A/88, de 30 de novembro	293
--	-----

TABELA DE ATIVIDADES EXERCIDAS PELOS SUJEITOS PASSIVOS  
DO IRS

Portaria nº 1011/2001, de 21 de agosto 439

TABELA DE ATIVIDADES DE ELEVADO VALOR ACRESCENTADO,  
COM CARÁTER CIENTÍFICO, ARTÍSTICO OU TÉCNICO  
EXERCIDAS POR RESIDENTES NÃO HABITUAIS

Portaria nº 12/2010, de 7 de janeiro 443

CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO  
DAS PESSOAS COLETIVAS

Decreto-Lei nº 442-B/88, de 30 de novembro 447

REGIME DO INCENTIVO FISCAL À RECUPERAÇÃO

Lei nº 12/2022, de 27 de junho 617

REGIME DAS DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES PARA EFEITOS  
DE IRC

Decreto Regulamentar nº 25/2009, de 14 de setembro 621

ESTATUTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS

Decreto-Lei nº 215/89, de 1 de julho 643

CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO

Decreto-Lei nº 394-B/84, de 26 de dezembro 731

REGIME DO IVA NAS TRANSAÇÕES INTRACOMUNITÁRIAS

Decreto-Lei nº 290/92, de 28 de dezembro 839

REFORMA DA TRIBUTAÇÃO DO PATRIMÓNIO

Decreto-Lei nº 287/2003, de 12 de novembro 865

CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS

881

CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSMISSÕES  
ONEROSAS DE IMÓVEIS

945

CÓDIGO DO IMPOSTO DO SELO

Lei nº 150/99, de 11 de setembro 975

CÓDIGO DOS IMPOSTOS ESPECIAIS DE CONSUMO

Decreto-Lei nº 73/2010, de 21 de junho 1021



REFORMA DA TRIBUTAÇÃO AUTOMÓVEL	
Lei nº 22-A/2007, de 29 de junho	1107
CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE VEÍCULOS	1113
CÓDIGO DO IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO	1157
Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro	
Artigo 216º Adicional em sede de imposto único de circulação	1175
ÍNDICE-SUMÁRIO	1177
SUMÁRIO	1191

# BDJUR

## BASE DE DADOS JURÍDICA

**LEGISLAÇÃO** **CÓDIGOS** **JURISPRUDÊNCIA** **FORMULÁRIOS** **EUR-LEX** **DICIONÁRIO** **FÓRUM JURÍDICO**

**[bdjur.almedina.net](http://bdjur.almedina.net)**

## **QUANTO TEMPO JÁ PERDEU A ATUALIZAR A SUA LEGISLAÇÃO?**

Na BDJUR procedemos diariamente à atualização de conteúdos, trabalhando de forma sistemática a legislação publicada no Diário da República, disponibilizando códigos, legislação complementar, coletâneas temáticas, decisões jurisprudenciais de tribunais superiores e outras ferramentas práticas para o seu dia a dia, como as nossas minutas de autor.

### **PARA MAIS INFORMAÇÕES**

[assinaturas@bdjur.almedina.net](mailto:assinaturas@bdjur.almedina.net)

213 190 243

916 141 786